

**A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo
ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896**

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

**A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo
ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896**

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Graduado em História - UFMS

Mestrando em Geografia - UFGD

RESUMO: Este artigo possui o objetivo de analisar a relação dos ciclos sistêmicos da economia mundial e os ciclos de guerra com a Guerra do Paraguai. O estudo desses ciclos pode contribuir para se entender o conflito platino e qualquer processo conjuntural que leve a uma reviravolta na ordem política, social e geopolítica. Guerra do Paraguai que foi resultado das conjunturas econômicas do século XIX, definidas por mudanças hegemônicas na esfera mundial. Conflito que foi explorado pelas pretensões políticas e econômicas norte-americanas, já que seu governo vislumbrava o domínio regional e a suplantação da influência Britânica no continente sul-americano.

PALAVRAS-CHAVES: Paraguai; Guerra do Paraguai; Geopolítica; Ciclos Econômicos.

ABSTRACT: This article has the aim of analyzing the relationship of systemic global economic cycles and the cycles of war over the war in Paraguay. The study of these cycles can contribute to understanding the conflict and Plata any process that leads to a cyclical turnaround in the political, social and geopolitical. Paraguayan War was a result of the economic circumstances of the nineteenth century, defined by changes in the hegemonic global sphere. Conflict that has been exploited by political ambitions and North American economic, as his government faced the regional domain and supplanting of British influence in South America.

KEYWORDS: Paraguay, Paraguayan War, Geopolitics, Economic Cycles.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

INTRODUÇÃO

Durante o século XX o debate historiográfico sobre a Guerra do Paraguai girou em torno das razões que o desencadearam. Segundo Pereira (2011 (a)):

A primeira corrente historiográfica foi produzida após o conflito, dando ênfase para fatos eminentemente factuais, que durou até 1950. Surgiram, após esse período, versões revisionistas do conflito e, por último, obras que tentaram refutar a tese apresentada pelo revisionismo e começaram a dar importância para a criação dos Estados nacionais na Região Platina (PEREIRA, 2011 (a), 02).

Para Ana Paula Squinelo historiograficamente a Guerra do Paraguai apresenta três momentos distintos: o primeiro abrange os livros escritos no período que se estende da década de 1920 até a década de 1960 do século XX, como por exemplo, as obras de Frago e Pombo, com visões “patrióticas” do conflito, no segundo momento, surgem os estudos divulgados a partir da década de 1960, que desenvolveram a visão “imperialista” do litígio, como os de Pomer e Chiavenato; e o terceiro, com obras editadas a partir da década de 1980, com destaque para os livros de Doratioto e Sales, menos tendenciosos (SQUINELO, 2002, p.21).

Apesar de diferentes correntes historiográficas que analisaram o conflito, é fato que a Guerra do Paraguai constituiu-se numa das páginas mais sangrentas da história da América do Sul, e muitos relatos sobre essa conjuntura, sobretudo aqueles que se referem às correntes revisionistas da década de 1960, foram realizados com um viés deliberadamente ideológico, com imparcialidades que tentam apontar alguns culpados sem levar em consideração a colaboração de uma série fatores que estavam circunscritos ao contexto que originou o conflito, como se esse evento pudesse ser desencadeado sem os mesmos.

Assim a nossa intenção é dar uma contribuição no sentido de tentar desconstruir algumas narrativas que se referem à Guerra do Paraguai como uma conjuntura militar na qual estavam envolvidos “os mocinhos” contra “os bandidos”, ou seja, da corrente historiográfica que a partir da década de 1960 do século passado desenvolveu a visão

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

“imperialista” do conflito. Fazemos com isso referência aos discursos que promovem a Grã-Bretanha como à grande idealizadora da Guerra do Paraguai, com o explícito intuito de destruir o Estado Paraguaio, pois este seria uma séria ameaça ao seu sistema de poder na América do Sul.

Veremos que o contexto desse conflito platino não se deu exatamente por esse motivo, outras questões no século XIX contribuíram para o seu desenrolar. A concorrência comercial entre o governo imperial brasileiro e o Estado Paraguaio, as disputas políticas internas na Bacia Platina pelo controle da região, a conjuntura econômica mundial no século XIX, a indústria de guerra norte-americana, assim como a expansão militar deste Estado, foram alguns dos fatores preponderantes para que a Guerra do Paraguai fosse desencadeada.

Não faremos uma abordagem dos episódios que fizeram parte do conflito, ou seja, não iremos descrever os fatos que desenharam a Guerra do Paraguai, analisaremos alguns fatores que foram importantes para deflagração da guerra. Assim apresentaremos algumas hipóteses sobre a origem do conflito e sua manutenção.

Dessa forma, faremos uma análise dos Ciclos Longos de Kondratieff, na sua segunda “Onda K” (1843-1896), período que se caracterizou por um processo de ascensão econômica mundial de 1843 a 1864 e por uma fase de baixa entre os anos de 1864 e 1896. Assim poderemos verificar até que ponto esses ciclos de flutuações econômicas influenciaram no desenrolar do conflito que envolveu os Estados Platinos, e principalmente os Estados Unidos

Adiantamos que os processos econômicos são importantes para se entender a Guerra do Paraguai e qualquer outro processo conjuntural que leve a uma reviravolta na ordem política, social, infra-estrutural, geopolítica, etc., de âmbito local, regional ou global de determinadas partes do planeta. Não que os mesmos possam traduzir a realidade como um todo, mas, os fluxos econômicos contribuem para as territorializações que determinados grupos engendram em diferentes setores do plano doméstico do Estado e que refletem nas suas relações exteriores com outros.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

O recorte que faremos, a partir do segundo ciclo longo de Kondratieff, no qual estava inserida a Guerra do Paraguai, será importante para entendermos porque o conflito se desenrolou como um todo. O expansionismo do Brasil na Bacia Platina, a livre navegação do rio Paraguai, o projeto de Solano de um Paraguai forte, a Doutrina Monroe, etc., todas essas questões estavam correlacionadas ao processo econômico, e é de extrema importância que estudemos esses ciclos sistêmicos da economia, já que os mesmos também se relacionam de forma absoluta com os Ciclos de Guerra.

Propomo-nos analisar essa relação ciclo econômico/militar, para tentarmos demonstrar que naquele ano de 1864, início de um período de baixa na economia mundial, o ator interessado em um conflito no coração da América do Sul, não era a Grã-Bretanha, mas sim, os Estados Unidos. Verificaremos que além de possuírem nítidos interesses na Bacia Platina, aproveitaram-se da ocasião do conflito para vender seus produtos de guerra, e também participaram assiduamente, em alguns momentos, em favor do governo paraguaio.

AS “ONDAS K” E A GUERRA DO PARAGUAI

“O ciclo econômico pode ser definido, simplesmente, como um período flutuante e alternado de expansão e retração da atividade econômica como um todo, de um país ou de um conjunto de países” (PASTORE 2007, p.108). Assim Fortunato Pastore define um ciclo econômico, que apresenta seis fases distintas: depressão absoluta, recuperação econômica, atividade econômica, com os índices atingindo o seu ponto mais elevado, de estagnação e equilíbrio aparente e breve, de crise, seguida pela contração, e a depressão (PASTORE, 2007, p.109).

Pastore (2007) também afirma que existem dois tipos de ciclos econômicos, os de curta e os de longa duração:

Os de curta duração, também conhecidos como Movimentos Breves possuem, basicamente, três dimensões temporais. A menor, de quarenta meses (entre três e quatro anos), conhecida como Ciclo dos Estoques ou Kitchin (do economista

4

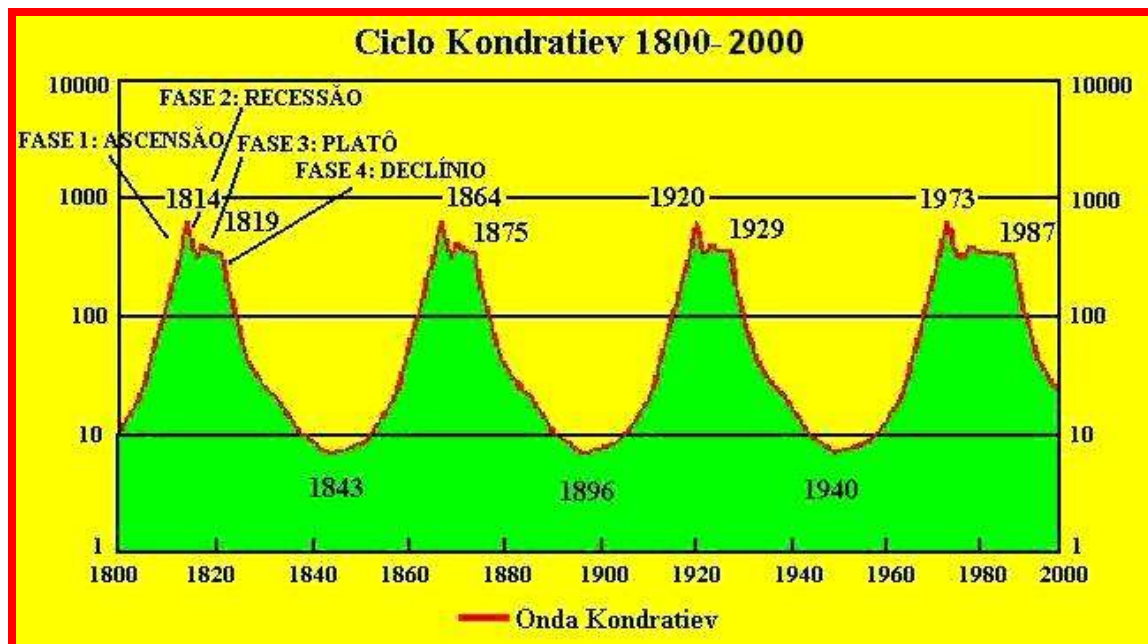
A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Joseph Kitchin. Os ciclos levam o nome do economista que o estudou primeiro ou o fez de forma mais detalhada); a segunda, com uma duração maior, em torno dos oito ou nove anos, chamada de Ciclo Juglar. De Clément Juglar, o economista francês (médico de profissão) que fez fortuna na Bolsa de Valores ao aplicar os seus conhecimentos no mercado de ações (análise ex-ante!). E, por fim, o Ciclo Labrousse, com média de onze anos. [...] Três também são os ciclos de longa duração: o Kuznets (de Simon Smith Kuznets, economista norte-americano, de origem russa), um duplo Juglar, isto é, uns vinte anos; o Kondratieff (Nikolai Dmitrievitch Kondratieff, 1892-1930, economista e estatístico russo), em torno de meio século, e o Ciclo Secular ou Tendência Secular (Trend, em inglês) (PASTORE, 2007, p.110).

Pastore (2007) relaciona suas análises dos ciclos sistêmicos da economia com os ciclos de guerras, com base no Ciclo Kondratieff (Figura 1), que como vimos é um ciclo de meio século, ou seja, um dos de longa duração.

Figura 1 – As Quatro Ondas K do Ciclo Kondratieff (Séculos XIX e XX).



Fonte: PASTORE, 2007, p. 120.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

O ciclo Kondratieff possui quatro “Ondas K” (referência dada por Fortunato Pastore a cada ciclo longo de retração e ascensão da economia) que estão relacionadas com os processos de alternância na hegemonia econômica e política mundial, que foram ensejadas pelas mudanças tecnológicas no decorrer de todo século XIX e XX. Processos que fundamentaram as atividades bélicas ao longo desses dois séculos, e que inclui o conflito na Bacia Platina:

Na primeira Onda K tivemos, sob a liderança da Inglaterra, as invenções ligadas à máquina a vapor e a indústria têxtil, características da Primeira Revolução Industrial; na segunda houve a expansão ferroviária e siderúrgica, típica da Segunda Revolução Industrial, que promoveu a incorporação da Europa Ocidental e dos EUA no processo de desenvolvimento econômico acelerado. O uso do petróleo e da energia elétrica em larga escala, em associação com as indústrias ligadas ao motor a explosão, deram a liderança aos EUA na terceira onda. Estes continuaram liderando na quarta onda, mas perderam espaço para Alemanha e Japão, nos novos ramos econômicos como microeletrônica, química fina e biotecnológica (PASTORE, 2007, p.115-116).

Dessa forma, isso implica afirmar, que os determinantes políticos, econômicos e tecnológicos, coincidem com as fases A e B da economia mundial identificadas pelos fluxos alternantes das “Ondas K, fase A, de expansão e crescimento; e fase B, de crise e depressão” (PASTORE, 2007, p.109). As “Ondas K” vão nos ajudar a situar a Guerra do Paraguai na conjuntura sistêmica pelo qual o mundo se encontrava no momento desse conflito, como também, serão úteis para verificarmos as origens dos eventos que circunscrevem a participação dos sujeitos internos e externos da Bacia Platina nas esferas econômica e militar.

Obviamente que os Ciclos de Kondratieff são uma representação teórica do ritmo básico da história econômica do mundo desde os fins do século XVIII, não existem por si somente, as “Ondas K” permitem-nos, a partir da ascensão e declínio da economia, identificar porque determinadas conjunturas foram desencadeadas. Fatores econômicos exógenos e endógenos são determinantes para as ações de alguns sujeitos na conquista de setores no interior dos Estados e, sobretudo, em relação ao domínio de outros.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Dessa forma, a segunda “Onda K”, delimitada entre 1843 a 1864 (fase A) e 1864 a 1896 (fase B), assim como as conjunturas inerentes a esse período e originadas devido as suas dinâmicas econômicas, será importante para verificarmos a participação do Brasil, Paraguai e dos Estados Unidos na Guerra do Paraguai. Por exemplo, a primeira é um período de ascensão da economia mundial, em que o processo de expansão dos Estados Unidos pela América Central, Caribe e Pacífico estava a todo vapor, também nessa fase de ascensão da economia mundial, os Estados sul-americanos passavam por um estágio de intensificação de suas celeumas, principalmente, em relação às disputas sobre demarcação de limites territoriais, controle das principais vias de comunicação e pelo comércio de determinados produtos para mercados internos e externos. Já, a segunda “Onda K”, se relaciona a uma fase de declínio da economia mundial, que culminou em 1896 e foi de extrema importância para a mudança da hegemonia mundial (os Estados Unidos passariam a partir de 1896 a dominar o contexto econômico, político e militar do mundo, condição exercida pela Grã-Bretanha durante todo o século XIX).

As conjunturas da primeira fase (fase A) dessa “Onda K” vieram a ensejar a Guerra do Paraguai, sobretudo, pelas condições favoráveis de acumulação de capitais que as fases de ascensão propiciam, assim os Estados Platinos nesse período do século XIX não eram exceções. Dessa forma, associando o acúmulo de suas reservas às pretensões de outros atores relacionados a Bacia do Prata, o resultado mais provável seria um conflito, que se desenrolou num período de baixa da economia mundial. “Onda K” que além de ser importante para os encaminhamentos que redefiniriam os pilares do setor político e econômico da América do Sul, foi fundamental para a reestruturação da liderança política do mundo no século XIX, engendrando as bases para os acontecimentos dos dois eventos bélicos mais importantes para a história do século XX.

O IMPÉRIO DO BRASIL TAMBÉM CAPITANEOU SEUS CUSTOS DE GUERRA

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

O ano de 1864 foi um período de fim da fase ascensão (fase A) da economia mundial e o início da fase de recessão da mesma, como também, é no final deste mesmo ano que se inicia a Guerra do Paraguai, que se passa por inteiro em um período de baixa da economia mundial, sendo conseqüentemente, uma fase de crise, que refletiu diretamente na economia do Império brasileiro.

Segundo Guimarães (2007, p.02), o principal centro econômico do Império, a cidade do Rio de Janeiro, passava por uma crise comercial e bancária em 1864, que ficou conhecida como a “Crise do Souto”, nome que se deu em conseqüência da falência da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituindo-se no ápice de uma situação de crise, na qual vivia a Praça Comercial da cidade desde 1860.

A “Crise do Souto” que teve como repercussão um número de 95 falências no período de setembro de 1864 a março de 1865, e que estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a Lei dos Entraves (GUIMARÃES, 2007, p.03). Uma conseqüência direta do processo de declínio na economia mundial, e que coincidiu com um dos ciclos de depressão, entre os anos 1864 a 1896 (PASTORE, 2007, p.111).

O fato é que esta conjuntura interna que se estabeleceu no Brasil, fez com que sociedades bancárias, casas bancárias, casas de comércio recorressem ao Banco do Brasil, com redescontos e cauções para dar conta de seus depósitos. Com a eclosão da Guerra do Paraguai o governo imperial teve de tomar medidas para preservar a moeda metálica e fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que em períodos de crise o ouro era a única moeda aceita neste tipo de situação, encontrando como solução a aprovação da Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866, que além transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabeleceu uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, o que significou uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo (GUIMARÃES, 2007, p.03).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

O governo se tornou, assim, o principal agente do crédito interno, através do mecanismo inflação e compra, ao mesmo tempo em que aumentava os impostos, recolhia ouro através de recursos sistemáticos do lançamento de títulos públicos. Dessa forma, a partir dessa análise, pode-se dizer que a Guerra do Paraguai teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externo e interno, contribuições provinciais e a cobrança de impostos. Fato que contribui para se duvidar do que foi demonstrado por Júlio José Chiavenatto, segundo esse autor a Inglaterra através dos Rotschields, com empréstimos no período de 1825 a 1865, teria armado o Brasil para destruir o Paraguai (CHIAVENATTO, 1969, p.82-83).

Em consonância com Guimarães (2007), vamos observar as principais fontes de arrecadamento do Império do Brasil nos períodos que antecederam o conflito e durante o mesmo:

No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel moeda. [...] Com relação aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais. Segundo Dênio Nogueira, “essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869 (GUIMARÃES, 2007, p.03-04).

A tabela 1 contribui para uma melhor visualização dos números concernentes a arrecadação do governo Imperial brasileiro:

Tabela 1 - Financiamento da Guerra do Paraguai

Ano	Direitos Aduaneiros	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial	Outros Tributos	Receita Total
1864/65	5,9	1,7	1,6	0,4	9,6
1865/66	4,7	1,6	1,3	0,4	8,0

9

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

1866/67	4,7	1,4	1,5	0,2	7,8
1867/68	4,1	1,8	2,0	0,1	8,0
1868/69	4,4	1,9	1,9	0,5	8,7
1869/70	5,3	1,8	2,3	0,1	9,5

Fonte: GUIMARÃES, 2007, p.05

As observações de Carlos Gabriel Guimarães convergem com o posicionamento de Moniz Bandeira acerca das questões que envolvem os Rothschilds como supostos patrocinadores da Guerra do Paraguai. Bandeira (1985, p.14), assegura que o Brasil não articulou a Tríplice Aliança nem moveu a Guerra do Paraguai como instrumento da Grã-Bretanha, e nem a casa bancária de Rothschild tinham interesse na deflagração do conflito, principalmente porque já mantinham negócios com Solano e com Carlos López. Sobre esta questão Bandeira (1985), afirma que:

Carlos Antônio Lopez tinha uma fé quase infantil na indústria britânica e seu filho, Francisco Lopes, não só estabeleceu vínculos profundos com a empresa J. & A.Blyth, que se tornou agente financeiro do Paraguai, prestando-lhe toda espécie de serviços e assistência até o bloqueio do Rio do Prata, como contratou a firma do banqueiro Nathanael M. Rothschild & Sons, também de Londres, para a colocação do tabaco na Europa. Os negócios realizaram-se, desde 1863 [...] (BANDEIRA, 1985, p.131).

É fato que a guerra acelerou a integração do Paraguai na economia capitalista, à medida que a Grã-Bretanha impunha a dissolução progressiva e continua das formações pré-capitalistas, já que se encontrava na posição de mais importante centro econômico do mundo naquela época. Mas, a integração do Paraguai, iniciada ao tempo de Carlos Antônio Lopez, completar-se-ia, no entanto, mais cedo ou mais tarde, em função das próprias exigências internas de acumulação de capital, sem a necessidade de uma guerra que destruiu seu mercado e suas forças produtivas (BANDEIRA, 1985, p. 131). Isso significa que pensar em incentivos financeiros da casa Rothschild para destruir um dos seus clientes (Paraguai), seria um pouco incoerente, seria na realidade “um tiro no próprio pé” dos

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

investidores Britânicos, porque, nessa lógica, efetuando empréstimos ao Brasil para destruir o Paraguai, prejudicariam os negócios que já possuíam com o último desde o período em que Carlos Lopez era o presidente do país.

Logicamente, devemos deixar bem claro, que era impossível ao Brasil, apesar das arrecadações internas de impostos, manter os esforços de guerra durante cinco anos sem os empréstimos da casa Rothschild e Baring Brothers ou de qualquer outra instituição financeira (BANDEIRA, 1985, p. 15). Não podemos nos esquecer que se tratava de instituições bancárias visando lucros, e nada mais do que viável para as mesmas conceder empréstimos a juros.

Contudo, Amado Luiz Cervo é categórico ao dizer que a Guerra do Paraguai foi financiada com recursos do Tesouro brasileiro, que “repassou grandes empréstimos a Argentina, e com recursos de banqueiros ingleses, interessados apenas em transações rentáveis” (CERVO, 2008, p.123). Em relação aos empréstimos dos banqueiros ingleses, esse autor ainda ressalta que essas transações financeiras aconteciam mesmo à revelia do governo britânico: “Este não teve responsabilidade alguma sobre a origem ou sobre o andamento das operações, nem contava aqui com ‘vassalos’, dispostos a executar seus desejos”.

Podemos perceber que as ações do governo brasileiro foram de caráter autônomo, e se pautavam conforme seus interesses na região, dessa forma os empréstimos bancários realizados pelos Rothschilds a partir de 1864, foram oriundos de relações particulares dos últimos com o governo imperial brasileiro, acordo que acontecia em detrimento ao governo Britânico, pois Brasil e Grã-Bretanha estavam com relações diplomáticas cortadas desde 1863 (CERVO, 2008, p.124).

O conflito tem na sua origem políticas autônomas de Estado, engendradas de acordo com os interesses daqueles que desejavam o controle político da região do Prata: “A guerra, desencadeou-a López, e sua condição foi sim resultado da vontade de Estado, brasileira em primeiro lugar e argentina em segundo. Foi uma determinação do governo eliminar López, como fez com Rosas no passado (CERVO, 2008, p.123).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Apesar de o conflito ter sido desencadeado devido aos interesses diretos do Brasil, o mesmo não era aconselhável, como já vimos anteriormente, pois de uma forma ou de outra a economia paraguaia seria inserida no contexto internacional, as exigências internas do mercado paraguaio levariam as atividades que giravam em torno da comercialização da erva-mate e do tabaco destruir a economia desse Estado, visto que essa atividade era uma herança do período colonial, que obtivera sucesso devido às condições de insulamento do Paraguai, com a abertura desse país era necessário atender as injunções do mercado e dar ênfase a uma diversificação da produção (BANDEIRA, 1985, p.132). Isso seria feito naturalmente com as relações que o Paraguai já algum tempo estava tecendo com outros países, sem a necessidade de uma guerra.

Mas, o conflito se tornou um “grande negócio” por inúmeros fatores, dois são de extrema relevância, a Guerra do Paraguai se tornou mercado ativo para a indústria bélica norte-americana que vendeu equipamentos militares para os envolvidos no conflito, sem exceção e por outro lado o Império Brasileiro destruiria o setor produtivo paraguaio, seu principal concorrente desde 1850, na produção e comércio da erva-mate, no ambiente regional, e do algodão, no mercado internacional (CERVO, 2008, p.117).

Logicamente que não podemos negar as maléficas conseqüências para o Estado paraguaio, o conflito trouxera inúmeros problemas, entre eles, a morte da maioria de sua população masculina, a devastação do seu sistema produtivo, e o acarretamento de inúmeros flagelos sociais, como miséria e fome, além do que, o conflito ainda proporcionou aos Estados vencedores um forte controle político e econômico sobre o Paraguai. Mas, não podemos culpar o “imperialismo britânico” ou o patrocínio das casas Rothschilds como responsáveis pelo conflito, isso seria uma desculpa para esconder as pretensões dos grupos internos do ambiente sul-americano que também contribuíram acintosamente para a deflagração da guerra.

É necessário ressaltar que distorções de análises históricas, nas quais os “malvados” britânicos capitanearam seu “perverso” escudeiro Brasil para destruir o Paraguai, devem ser desconstruídas. Solano Lopez e os setores dominantes daquele Estado Paraguaio também

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

possuíam interesses na Bacia Platina tanto quanto o Império do Brasil, Argentina e os atores externos que atuavam na região, todos, condicionados pela conjuntura internacional que incitava ações políticas e militares no continente e que estavam relacionadas ao quadro sistêmico da economia mundial.

A INDÚSTRIA DE GUERRA E O CONFLITO PLATINO

Outra questão importante a se abordar é fato do mundo passar por uma fase em que a “industrialização de guerra” transformava o processo industrial, associando as atividades bélicas à atividade industrial desde os meados da década de 1840, a “industrialização de guerra” viria destruir a ordem mundial Britânica (ARRIGHI, 1996, p.78). Esse processo de inovações tecnológicas foi de grande utilidade, por exemplo, a partir da Guerra da Criméia (1854-1856), conflito internacional que fora um dos de grande intensidade e que, geralmente, acontecem no início das fases de alta da economia, na qual as grandes potências entram em choque em busca de novos mercados, matéria-prima, etc.

Segundo Fortunato Pastore, “a cada Onda K corresponde uma grande guerra, mas em duas Ondas K consecutivas ocorrem uma grande guerra e uma super guerra” (PASTORE, 2007, p.117). Sendo assim, em conflitos de alta ou de baixa intensidade, a reposição de equipamentos bélicos em curto período de tempo nos campos de batalha sempre foram de grande importância estratégica para a manutenção e ganho de posições, fato que possibilitou (e ainda possibilita) grande atração de divisas para aqueles que possuíssem uma tecnologia que ensejasse essa reposição.

Entre 1855 e 1870, os métodos artesanais das indústrias de armamento foram substituídos pelo “sistema de fabricação norte-americano”, inclusive os primeiros a importar os equipamentos norte-americanos neste período foram os Britânicos, e a partir de 1870 as demais potências européias fizeram o mesmo. Exércitos inteiros puderam ser reequipados em questão de anos, ao invés de décadas, e essa aceleração, por si só, converteu-se num fator de inovações incessantes na criação de armas de baixo calibre (ARRIGHI, 1996, p.79).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

A “industrialização de guerra”, também, é importante para tentarmos desmistificar algumas questões sobre o envolvimento dos Britânicos como interessados na destruição do Paraguai.

Se entre as décadas de 50 e 70 um novo processo tecnológico surgia com os norte-americanos, e não com os britânicos, que inclusive passam a se utilizar dele, os conflitos de baixa ou alta intensidade viriam a beneficiar os primeiros e não os últimos. Porque atestar isso? Para respondermos essa questão, é preciso abrir um parêntese.

As ondas K demonstram que para cada fase de ascensão existe uma grande guerra correspondente. Constatou-se também que há aumento de preços no início da fase de ascensão precedendo a grande guerra (guerra de pico e global), o que potencializa este processo, gerando, por fim, uma onda inflacionária ainda maior. Para Pastore (2007): “é somente na fase A, com o aumento do lucro, dos investimentos, da produção e da riqueza, que as nações podem ter melhores condições para armar, montar e equipar grandes e poderosas forças militares” (PASTORE, 2007, p. 118). Cria-se assim espaço para se aumentar o preço de determinados produtos (alimentos, combustíveis, etc.) e gerar divisas com os produtos industriais bélicos com o grande conflito, além de contribuir para mudanças na hegemonia global e de liderança mundial.

De acordo com Immanuel Wallerstein o primeiro quadro hegemônico mundial se deu primeiramente com o Império Habsburgo, de 1450 a 1575, passando posteriormente aos Países Baixos (Holanda), no período de 1575-1672, a Grã-Bretanha comandou o mundo de 1798 a 1897 e a partir de 1897, os Estados Unidos da América assumem a hegemonia mundial. Para George Modelski um ciclo de liderança mundial ocorrera com os portugueses (1500 a 1580), um ciclo com os holandeses, durante os primeiros quarenta anos do século XVII (1620 A 1660), dois ciclos de liderança mundial para a Grã-Bretanha (todo século XVIII E XIX) e nos anos de 1900, têm início o ciclo norte americano (PASTORE, 2007, p.119-120).

O interessante é que a Inglaterra, tanto nas análises de George Modelski, quanto na de Immanuel Wallerstein, fora a grande nação hegemônica no período entre 1855 e 1870,

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

mas não detinha o novo sistema tecnológico belicista, os norte-americanos possuíam. Assim, esse fato nos leva a pensar: Para a Grã-Bretanha patrocinar um conflito na Bacia Platina, na qual tinha um grande mercado consumidor, significaria ter que destruí-lo e, conseqüentemente, faria os produtos da indústria norte-americana de armamentos invadirem o cenário Platino, liderando a pauta das importações dos países que participavam da guerra, afinal era a indústria norte-americana que possuía a nova tecnologia militar.

Assim, é imperativo destacar que os norte-americanos venderam armamentos durante o conflito, tanto para o Brasil quanto para o Paraguai, e se realmente os britânicos tinham a intenção de um conflito na Bacia do Prata, conseguiram gerar lucros para indústria bélica norte-americana e não para as suas. Estamos sendo irônicos, pois é inconcebível, que tal processo pudesse se desenrolar, ao menos que os britânicos tivessem uma tecnologia militar compatível ao da indústria estadunidense, realizando uma ferrenha concorrência com seus produtos militares. Mas, mesmo assim, além de destruírem o mercado interno platino e os seus negócios, abririam caminho para intervenções por parte do governo dos Estados Unidos, que já há algum tempo, possuía interesses na Bacia Platina.

Deixando um pouco de lado as suposições, vamos para um fato, que não deixa de sustentar as mesmas, segundo Bandeira (1985, p.127) e Pereira (2007 (b), p.186), os norte-americanos abasteceram o exército de Solano Lopez com esforços de guerra, equipamentos bélicos que chegavam ao Paraguai pelo território boliviano (durante a Guerra do Paraguai, o território boliviano ainda possuía saída para o mar, o Pacífico, perdida após um conflito com o Chile), visto o bloqueio empreendido pelo império nos rios da Bacia Platina aos paraguaios.

O Brasil também manteve estreitas relações com os americanos em busca de equipamentos de guerra, como afirma Castro (2007):

Foram comprados nos Estados Unidos 5.000 fuzis raiados de retrocarga, de um sistema praticamente desconhecido, o Roberts, bem como 2.000 clavinas de cavalaria, de retrocarga e repetição, do sistema Spencer (CASTRO, 2007, p.09-10).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

A “industrialização de guerra” que, segundo Giovanni Arrighi, ensejou a destruição da hegemonia Britânica, permite-nos criar outra hipótese (logicamente levando em consideração as alterações na liderança mundial, absolutamente associadas às reviravoltas do sistema econômico mundial, referentes à segunda “Onda K” entre 1843 a 1896 e que leva a uma reviravolta política e econômica do planeta e da América latina), se havia um país interessado na Guerra do Paraguai, esse seria os Estados Unidos da América.

O Ciclo Kondratieff no período de 1864 a 1896 representa uma fase de baixa na economia mundial, e inserida neste ciclo se encontra a “Grande Depressão” (1873-1896), período que derrubou os rendimentos do capital, fazendo os lucros encolherem e as taxas de juros caírem, solapando as bases industriais Britânicas, oportunizando assim o forte florescimento da “indústria de Guerra”, esta que vai oportunizar aos norte-americanos, a partir de 1896, iniciarem o seu processo de liderança hegemônica mundial, consolidado antes da primeira guerra mundial (ARRIGHI, 1996, p74-76).

Mas, queremos ressaltar que o possível interesse dos norte-americanos na Guerra do Paraguai, não está relacionado à destruição do Paraguai por possuir um futuro econômico promissor, digno de ameaçar as potências econômicas no século XIX que ditavam o andamento político da América do Sul, mas sim, para manter suas posições geopolíticas no continente sul-americano, obtendo um maior controle político sobre o mesmo, não podemos nos esquecer que os Estados Unidos estavam em pleno processo de expansão militar, econômica e política pelas Américas.

Mesmo após 1864, um período de baixa na economia mundial, caracterizado por repressão e crise, os Estados Unidos estavam em plenas condições de continuar seu processo expansionista e vender os seus equipamentos bélicos, o seu ambiente doméstico a partir de 1865 estava estabilizado, condicionando o seu governo a elaborar políticas para plano exterior; e a indústria bélica seria a grande base de sustentação, e como também estavam em busca de novos mercados e maior controle político, econômico e militar da América do Sul, aproveitaram-se das tensões platinas, vendendo seus produtos bélicos,

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

agarrando as oportunidades que essas restrições criavam, na tentativa de desestabilizar o mercado da Bacia Platina que se encontrava, até então, sob controle absoluto dos Britânicos.

Aos norte-americanos isso seria possível, pois o conflito no prata foi uma guerra de baixa intensidade, vantajosas economicamente para os Estados, dependendo da conjuntura. De acordo com Pastore (2007), às guerras de baixas na economia (fase B), são caracterizadas como conflitos de baixa intensidade ou de curta duração, e mais:

Estas guerras de baixa normalmente são menos custosas que as de alta, pois os preços estão em baixa também. As guerras de fase B contribuem para a saída da depressão, pois, exigem investimentos para serem implementadas (PASTORE, 2007, p.118).

O fato, desse tipo de guerra, exigir investimentos e das mesmas serem comuns em regiões periféricas, significa que, na maioria dos casos, são conflitos “controlados” desencadeados como bode expiatório de crises. Pastore (2007, p.123), ainda classifica os conflitos na América Latina de Guerra Externa ou Guerra Interna: “A noção de Guerra Externa refere-se ao fato de ser um conflito inter-Estados, enquanto que o conceito de Guerra Interna está relacionado aos conflitos tipo intra-Estados.” A Guerra do Paraguai foi um conflito de fase B, e apesar da longa duração, é classificada como uma Guerra Externa, e como todo conflito em período de baixa na economia, serviu como válvula de escape para as pressões econômicas.

Ocorrem guerras internas no período de crescimento econômico e mais conflitos externos nos momentos de crise, isso significa que em períodos de crise as nações canalizam as tensões para fora do país, já a economia em alta a busca pelo poder interno é mais viável (PASTORE, 2007, p.136-137).

As “coincidências” desses cenários com a Guerra do Paraguai são inúmeras. O Império brasileiro, por exemplo, passava por uma crise financeira interna muito forte, assim o conflito serviu de alguma forma, para resolver seus problemas econômicos, pois eliminou assim um concorrente em potencial que era o Paraguai, abrindo caminho para obtenção do controle do mercado regional da erva-mate e do externo de algodão. O governo paraguaio,

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

por outro lado, através da casa Rothschild tentava alcançar o mercado europeu para fazer circular os seus produtos, como também buscava novos mercados e controle da sub-região (Bacia Platina), e caso saísse vencedor do conflito obteria vantagens frente ao seu concorrente, o Brasil.

Isso significa que, os países platinos ao resolver suas questões internas, mediante um conflito de baixa intensidade, num período de queda da economia mundial, concomitantemente, fortaleciam a economia norte-americana, que nesta mesma conjuntura econômica do cenário mundial, utilizava-se da venda de sua tecnologia bélica, como válvula de escape para as suas pressões econômicas (além de incitar o conflito, como mais adiante veremos), mas sem endividar os cofres do seu Tesouro Nacional e sem ter o seu sistema produtivo destruído.

O CENÁRIO PLATINO E OS INTERESSES NORTE-AMERICANOS

Segundo Giovanni Arrighi, o Sistema Continental norte-americano (construção de ferrovias, superando as barreiras espaciais internas, privilegiando aos Estados Unidos o acesso aos dois maiores oceanos do mundo) realmente integrado se materializou após a guerra civil de 1860-1865, essa que eliminou todas as restrições políticas às inclinações industriais dos nortistas, gerando assim uma economia nacional (ARRIGHI, 1996, p.87). Dessa forma, essa ilha gigantesca era um complexo industrial militar muito mais poderoso que qualquer outro complexo da Europa:

A política explícita e o poderio militar potencial dos Estados Unidos, brevemente evidenciados ao longo e no fim da Guerra Civil, alertaram as nações européias para que se afastassem de qualquer aventura militar no novo mundo (ARRIGHI, 1996, p.88).

Assim, podemos observar que os Estados Unidos além de possuírem uma indústria de guerra absolutamente consolidada após a guerra civil, com a qual buscariam divisas, explorando conflitos, também aprofundariam as práticas do projeto norte-americano de supremacia regional, iniciada com a “Doutrina Monroe”. Somente para recordar, a idéia da

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

“América para os americanos”, afirma Costa (1992), havia sido explicitada em 1821, através de mensagem do Presidente Monroe ao Congresso:

Os continentes americanos, pela livre e independente, não devem daqui por diante ser considerados como objeto de futuras colonizações por parte das potências européias. (...) Qualquer tentativa delas para estender seu sistema a qualquer porção do nosso hemisfério seria por nós considerada como perigosa para a nossa paz e segurança (COSTA, 1992,p.65).

A “Doutrina Monroe”, é preciso ressaltar, fora proposta pelos Britânicos aos norte-americanos, como um dos instrumentos de equilíbrio de poder para o mundo no século XIX, na tentativa de manter sua influência nas Américas, criando enclaves as nações européias da Santa Aliança, que pretendiam com a derrota de Napoleão, readquirir suas antigas posses no novo mundo. Mas, essa proposta seria apropriada pelo governo norte-americano, que a colocou em prática, territorialização que após a primeira guerra mundial transformaria sua supremacia regional em um instrumento de dominação mundial (ARRIGHI, 1996, p.88).

É levando em consideração essa conjuntura de expansão política e econômica dos Estados Unidos a partir da consolidação de sua indústria bélica, e exposta ao mundo por meio da “Doutrina Monroe”, associada as tensões políticas e de guerra que envolviam a Bacia Platina, é que chegamos a hipótese do interesse norte-americano na Guerra do Paraguai. Ressaltamos que tal fato não tem haver com objetivos deliberados de destruição ao Paraguai, porque o mesmo seria uma nação industrial promissora que ameaçaria os interesses de potências como Grã-Bretanha e os Estados Unidos no cenário regional. O interesse no conflito está relacionado ao processo conjuntural influenciado por fatores econômicos e geopolíticos que redefiniu as hegemonias no continente sul-americano, e conseqüentemente na Bacia Platina.

Alguns setores do Estado norte-americano, interessados em conflitos, instigaram e utilizaram as circunstâncias da Guerra do Paraguai, para obterem vantagens econômicas e políticas no continente sul-americano, até porque, era um Estado que como os outros que participaram do conflito no Prata, estava inserido numa “Ordem Internacional”, caracterizada por “um sistema de relações entre Estados que são relevantes para a sobrevivência uns dos

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

outros, seja em termos econômicos, políticos, sociais e, eventualmente, militares” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 37). Assim, durante os anos que antecederam a Guerra do Paraguai, e durante o conflito, foram comuns episódios que envolveram os Estados Unidos e os Estados sul-americanos.

Na década de 50 do século XIX, por exemplo, os Estados Unidos quase vieram a intervir militarmente no Paraguai em consequência de uma desavença entre o presidente Carlos Lopez e Edward Hopkins, agente especial do governo norte-americano, enviado a Assunção em 1853. Tudo ocorrera devido algumas proibições do governo paraguaio ao Sr. Hopkins, como não portar armas ou possuir bens de raiz sem autorização especial do governo guarani, tratava-se de um pacote de proibições de Carlos López a qualquer estrangeiro, que também proibía embarcações de outras bandeiras de navegarem em rios interiores paraguaios. Todas essas medidas por parte do governo guarani, se deram em decorrência do “Water-Witch”, belonave norte-americana comandada pelo capitão Thomas Page, por supostamente estar fazendo uma missão de reconhecimento pelo rio Paraguai, já que havia sido vista perto do forte de Albuquerque (POMER, 1979, p.60).

Mesmo após as proibições e o desentendimento de López e Hopkins, a “Bruxa da água”, continuava com suas incursões em território paraguaio:

Em 1º de fevereiro de 1855 a teimosa “bruxa da água” do capitão Page voltou a se movimentar; e, desafiando as proibições expressas do governo de Assunção, resolveu navegar onde era interdito fazê-lo [...] A fortaleza paraguaia de Itapiru se viu obrigada a disparar alguns canhões de advertência que ocasionaram danos a nave. Com isto, obviamente, a tensão já existente subiu vários graus (POMER, 1979, p.61).

Uma situação delicada se estabelecia, pois uma intervenção norte-americana ao Paraguai, localizado no centro estratégico da América do Sul, para Brasil, Argentina e outros interessados, sendo um território importantíssimo para a dinâmica da navegação no rio Paraguai, (principalmente ao Império do Brasil, que necessitava do rio livre para se chegar à província de Mato Grosso), preocupava e muito. Conjuntura que ensejou esforços diplomáticos do governo imperial brasileiro e da Confederação argentina, na tentativa de apaziguar as tensões (POMER, 1979, p.64-65). Ter o poder norte-americano a um passo de

20

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Mato Grosso e a um passo do ambiente Platino, não era uma boa perspectiva para ninguém.

A tensão entre Paraguai e Estados Unidos poderia parecer um caso isolado, caso, não estivesse ocorrendo há algum tempo, por parte dos últimos, uma mobilização política e, principalmente, militar pela América Latina. Por exemplo, no final da década de 50 do mesmo século XIX, os Estados Unidos estavam terminando o seu processo de expansão territorial, aumentando sua influência sobre a América Central e vindo em direção ao Pacífico (COSTA, 1992, p.65). Em fevereiro de 1855 um contrato foi formalizado entre os Estados Unidos e o Equador, através de um empréstimo de três milhões de pesos fortes, assim, o governo norte-americano obteve o direito de proteger as ilhas Galapagos e outros portos do litoral equatoriano (POMER, 1979, p.61).

Como também sabemos, que Solano López recebia armas norte-americanas através do território boliviano, utilizando o porto da cidade de Corumbá, através do trajeto Nova York-Panamá-Lima-Corumbá (BANDEIRA, 1985, p.128), caminho que pelo rio Paraguai e subsequentemente o rio do Prata levava ao oceano atlântico. Mas, o envolvimento norte-americano com Solano López, não se resumiu ao acordo comercial, Luiz Alberto Moniz Bandeira também afirma que:

[...] tais petrechos bélicos, ao que parece, procediam dos Estados Unidos, cujo apoio ao Paraguai, desde 1865, Saraiva, ocupando o Ministério dos Negócios Estrangeiros, já previra. O serviço secreto do governo imperial, logo no início da conflagração, interceptara um documento, em que Charles A. Washburn, ministro norte-americano em Assunção, prometia ajuda ao Paraguai, para combater o Brasil (BANDEIRA, 1985, p.127).

As desconfianças do Brasil aumentaram em relação aos Estados Unidos, depois que o governo desse país, através de seu congresso, manifestou-se publicamente contra a Tríplice Aliança, verificando-se assim, uma certa inclinação em favor do Paraguai:

Seu congresso recomendou ao Departamento de Estado que oferecesse os bons ofícios para acabar com a guerra da Tríplice Aliança, cuja continuação continuava “absolutamente destruidora do comércio, injuriosa e prejudicial às instituições republicanas” (BANDEIRA, 1985, p.135).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Em relação a essa declaração do congresso norte-americano, nota-se o direcionamento desse discurso ao governo Imperial brasileiro. Bandeira (1985) ressalta que, “o governo Imperial considerou essas razões ‘inadmissíveis, indício de favor ao inimigo’, tirando a ‘imparcialidade’ do gesto” (BANDEIRA, 1985, p. 135). Era uma afronta as instituições do governo Imperial brasileiro, e como o Barão de Cotegipe, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na época, comentou, “oferecer bons ofícios para salvar instituições que não corriam o menor risco, era ofender o Brasil (COTEGIPE, 1869).

Pode parecer irrelevante o fato de o Congresso norte-americano afrontar o Estado do Brasil com aquelas palavras, mas segundo Cervo (2008, p.102), a experiência norte-americana de fronteira, no século XIX, baseava-se em quatro fases: penetração demográfica, provocação, conflito e anexação. A conjuntura que acabamos de descrever, parece estar condizente com a segunda, tanto que governo imperial recebeu as declarações do legislativo norte-americano como uma ação provocativa.

A mediação oferecida pelo governo norte-americano foi negada por parte dos governos da Tríplice Aliança, porque além das declarações daquele serem interpretadas como provocação e como sinal de imparcialidade, somavam-se a isso, o fato da existência de documentos que comprovavam a participação de homens do governo estadunidense, dando apoio a Solano López por de baixo do pano, além do fato de que se encontravam entre os mediadores indicados pelo governo dos Estados Unidos ministros que estavam envolvidos em operações contra o governo imperial:

Os governos do Tríplice Aliança repeliram a oferta de mediação que os ministros norte-americanos, general Alexander Asboth, em Buenos Aires, general J. Watson Webb, no Rio de Janeiro, e general Charles A. Washburn, em Assunção, apresentaram-lhes com tenacidade e insolência. Maior do que promiscuidade de Thornton com a política de Mitre e Elizalde, na Argentina, foi a de Washburn com a de López. Ele, como negociante de armas, não só instigou a guerra, desde 1862, como, inclusive, procurou orientar operações militares contra o Brasil, aconselhando López a desencadear um ataque, à noite, sobre o acampamento de Caxias, cujos soldados, “naturalmente covardes”, segundo julgava, dissipar-se-iam como fumo. Quando as autoridades da Argentina capturaram Egusquiza, encontraram em seus arquivos as provas de que Washburn recebera “vultosa quantia”, por ordem de López, para compra de armamentos nos Estados Unidos (BANDEIRA, 1985, p.135-136).

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Não queremos de forma alguma sugerir que o conflito na Bacia Platina foi planejado, e teve sua origem nas ações norte-americanas, isso seria um devaneio da nossa parte, estaríamos atribuindo culpa somente a esse ator, sem levar em conta os interesses internos dos principais envolvidos no conflito. Mas, o contexto de crescente expansão militar e política dos Estados Unidos pela América Latina, leva-nos a pensar que tal fato condicionou este país a tomar proveito da situação conflituosa que caracterizava as relações dos países platinos naquele momento, já que fazia parte da sua política de fronteira.

Já na década de 1850, iniciavam-se as pressões norte-americanas ao Governo Imperial Brasileiro, para a liberação da navegação internacional nos rios da Bacia Amazônica, já que o Brasil mantinha a mesma fechada ao trânsito de navios estrangeiros. Segundo Cervo (2008), o plano estadunidense de ocupação da Amazônia, representava “uma saída para a crise de sua economia escravista, com o traslado de colonos e escravos do sul, que se dedicariam à produção da borracha e do algodão” (CERVO, 2008, p.102). O autor, também afirma:

O empreendimento foi de iniciativa particular, com apoio tácito do governo de Washington e pressões arrogantes de seu representante no Rio de Janeiro, Willian Trousdale. O êxito dependeria de uma condição prévia, a abertura do Amazonas à navegação e ao comércio internacionais, uma reivindicação apoiada igualmente por França e Inglaterra, à época em que se cultivava o mito do eldorado produtivo da região (Idem, p. 102).

Mas, como já sabemos, por toda década de 1850, o governo imperial manteve a Bacia Amazônica, em seu território, fechada as embarcações estrangeiras. Um fato que evidência a política contraditória por parte do governo imperial brasileiro, que exigia a livre navegação nos rios da Bacia do Prata, mas, impedia o mesmo processo nos rios da Bacia Amazônica.

A aspiração dos Estados Unidos sobre a navegação na Bacia Amazônica também estava correlacionada a um possível acesso por via fluvial do oceano atlântico para o pacífico e vice-versa, ou seja, já na década de 1850 os norte-americanos almejavam uma via de comunicação marítima entre os dois oceanos (COSTA, 1992, p.68). No século XIX, existiam

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

claras possibilidades, através do território boliviano, do pacífico se chegar ao atlântico pelos rios bolivianos na Bacia amazônica, através do rio Beni, rio Mamoré, onde se inicia o rio Madeira, que deságua no rio Amazonas, ligando-se assim ao atlântico (LINO, et al., 2008, p.96), além, é claro, do trecho Nova York-Panamá-Lima-Corumbá, anteriormente citado.

É sabido que a Bolívia desde 1853 permitia a livre navegação às embarcações estrangeiras nos rios que banhavam seu território e os que fluíam para o Amazonas e para Bacia do Prata, e as embarcações norte-americanas possuíam tal prerrogativa, isso foi possível, pois no mesmo ano foram firmados acordos entre Bolívia e os Estados Unidos (BANDEIRA, 1985, p.98). O acordo de livre navegação entre o Estado boliviano e norte-americano tem provavelmente sua origem em mais uma contenda interna que envolveu a Bacia Platina.

Assim, permita-nos uma digressão, em 1852, a Bolívia apresentou uma nota de protesto ao governo de Buenos Aires, após Argentina e Paraguai assinarem um Tratado de Navegação, Comércio e Limites no mesmo ano. O protesto estava relacionado à sua inclusão como nação ribeirinha do rio Paraguai, visto as pretensões desse Estado em relação ao Chaco Boreal (CARVALHO, 1958, p.31). Estevão Leitão de Carvalho explica a conjuntura:

[...] as pretensões da Bolívia estendiam-se, na margem direita do rio Paraguai, entre a Baía Negra e o Jaurú, isto é, ao trecho da costa fluvial pertencente ao Brasil, reconhecido, indevidamente, naquele tratado, como paraguaio. (CARVALHO, 1958, p.32).

Sendo a área reivindicada pela Bolívia pertencente ao Brasil, mais do que depressa, o governo imperial em agosto do mesmo ano de 1852, também emitiu uma nota de protesto a Buenos Aires, junto ao governo da Confederação Argentina, através do Ofício nº 16, encaminhada por Rodrigo de Souza e Silva Pontes, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao governo provisório dessa Confederação. O protesto era contra algumas disposições do Tratado entre Argentina e Paraguai, que se postas em execução “poderiam talvez ofender interesses e diretos do império” (SILVA PONTES, 1852). Ainda, segundo Carvalho (1958):

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Entre essas disposições estava a concernente ao reconhecimento da soberania do Paraguai sobre o rio do mesmo nome, de margem a margem, até a confluência com o Paraná. E, reportando-se ao protesto da Bolívia, baseado na presunção de que era ribeirinha do rio Paraguai, pela costa ocidental, entre os graus 20 e 22, declarava o nosso representante em Buenos Aires não poder ser ela assim considerada, enquanto o governo do Brasil, em resultado de negociações pendentes lhe não cedesse uma parte da costa, naquele trecho do rio. “E, por isso, dizia, não só protesta contra as asserções e protesto do Sr. Encarregado de Negócios da Bolívia, mas também contra qualquer ato pelo qual o Governo desta República seja considerado ribeirinho do Paraguai, com prejuízo, e sem respeito aos direitos e interesses do Brasil” (CARVALHO, 1958, p.33-34).

Estava assim instalada uma celeuma diplomática entre Brasil e Bolívia, que viria, pelo que parece, refletir na questão concernente a livre navegação dos rios da Bacia Amazônica em território Brasileiro. Assim, o acordo de 1853 entre Estados Unidos e Bolívia surge, possivelmente, mediante ao descontentamento do segundo em relação ao Brasil, que rechaçara suas tentativas de expansão pelo Chaco Boreal. Dessa forma, a partir do território boliviano, por via de sua rede hidrográfica, os norte-americanos teriam acesso às fronteiras brasileiras da Amazônia, com grandes possibilidades de fazer uma interconexão com a Bacia do Prata.

As pressões norte-americanas, somente vão ser correspondidas em meados da década de sessenta do século XIX, quando o governo imperial resolve liberar a navegação dos rios da Bacia Amazônica. Bandeira (1985) é categórico quando se refere à liberalização do tráfego internacional a bandeiras estrangeiras na Amazônia brasileira, o governo imperial:

[...] só a franqueou ao tráfego internacional, em 1866, porque ao enfrentar o Paraguai, receou que as Repúblicas do Pacífico entrassem no conflito, instigadas pelos norte-americanos e/ou ingleses, que dominavam já vastas extensões daquela rede fluvial nos territórios do Equador e do Peru (BANDEIRA, 1985, p.143).

Isso significa que, caso não ocorresse à liberação por parte do Brasil, provavelmente, além dos países andinos, a Bolívia, que também tinha acesso ao oceano pacífico na época, poderia ter uma maior participação do conflito platino como inimigo do Brasil, apoiando de forma mais contundente o Paraguai.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

A resolução definitiva da contenda entre Brasil e Bolívia, somente fora resolvida com o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, de 27 de março de 1867, que além de resolver as questões relativas aos limites entre os dois países, evitava na mesma medida a participação do governo do Presidente boliviano, Marian Melgarejo, de participar de uma forma acintosa do conflito em favor do governo López, o que favoreceria, de alguma forma, os Estados Unidos. Pereira (2007 (b)) faz referência a essa questão:

O Governo Imperial evitou que a Bolívia do Ditador Marian Melgarejo participasse da guerra em favor de Solano López ao assinar o Tratado de La Paz de Ayacucho, em 27 de março de 1867, e também por franquear a navegação do Amazonas e do Madeira, logo a seguir (PEREIRA, 2007 (b), p.186)

Essas ações por parte do governo Imperial brasileiro garantiram a neutralidade da Bolívia em relação ao conflito, o que implicou também, a partir de 1867, a não utilização do território boliviano como escoadouro de equipamentos bélicos que abasteciam as tropas de Solano López. Assim, a relação Paraguai/Estados Unidos, acerca do comércio de armas, vinha sendo realizada, pois existia uma convivência do governo boliviano. Percebemos, dessa forma, que o estado de tensão do governo imperial e os demais Estados Platinos com os norte-americanos era constante, o que poderia levá-los a um confronto direto, caso determinadas articulações de cunho diplomático não tivessem sido bem sucedidas.

É preciso destacar que as pretensões norte-americanas acerca de um caminho bioceânico a partir da Amazônia, além do trajeto que poderia ser realizado pelo território boliviano, também eram decorrentes de outras possibilidades. Uma interligação das Bacias do Orinoco, Amazônica e do Prata, vinha sendo vislumbrada desde o final século do XVIII, o que possibilitaria uma via aquática formidável entre o Caribe e o rio do Prata, formando um traçado que cortava o continente de um extremo ao outro, no sentido norte-sul (LINO et al., 2008, p.55).

Vasco Azevedo Neto (1996), na monografia intitulada *Transportes na América do Sul: desenvolvimento é a integração continental*, faz referência a viagem do cientista alemão Alexander Von Humboldt, que na sua viagem à América do Sul em 1800-1804, afirmou que “substituindo-se a cachoeira do Guaporé por um canal de 6.000 toesas, ficaria aberta uma

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

linha de navegação interior desde Buenos Aires até Angostura” (AZEVEDO NETO, 1996 *apud* Executive Intelligence Review-EIR, 4º Ed., 2002, p.175).

O traçado da “Grande hidrovia” incluía (e atualmente ainda inclui, pois é um projeto que se cogita materializar), o rio Orinoco, o canal Cassiquiari e os rios Negro, Amazonas, Mamoré, Guaporé, Paraguai, Paraná e Prata, em uma extensão de cerca de 9.800 km, no qual existiam trechos que necessitavam de dragagem, tramos críticos e trechos encachoeirados (LINO et al., 2008, p.59).

Apesar das barreiras naturais, ressaltamos que a factibilidade da ligação entre as Bacias do Amazonas e Prata já havia sido testada em 1771 pelo terceiro governador e capitão-general da Província de Mato Grosso e Cuiabá, D. Luís Pinto de Souza Coutinho. O “Plano Moraes”, por exemplo, de 1869, apresentado pelo engenheiro militar Eduardo José Moraes ao Império do Brasil, tinha especificações estratégicas de ligar as duas Bacias: a Amazônica e a Platina (LINO, et al., 2008, p.55-56).

Assim, a existência desses projetos, que possibilitavam a conexão de um oceano ao outro, aguçavam desejos externos para o controle das regiões amazônica e platina, até porque com certeza tais possibilidades de criação dessa infra-estrutura fluvial na região não eram somente de conhecimento do Império do Brasil.

As pressões ao Brasil pela livre navegação nos rios da Bacia Amazônica tinham, aparentemente, claros motivos. Em contato com a Bacia Amazônica, os norte-americanos teriam acesso a Bacia do Prata, além de controlar todo o centro geopolítico da América do Sul. Sobre o centro geopolítico do continente, nos apoiamos em Pereira (2007 (a)):

O núcleo geopolítico central da América do Sul [...] que envolve o Centro-oeste brasileiro, nele inserido o Pantanal, a Amazônia Legal, o Paraguai, a Bolívia e partes significativas da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Venezuela (PEREIRA, 2007, p.16-18).

Dessa forma, um contato mais direto com a Bacia Amazônica daria aos Estados Unidos, e a qualquer outra nação, juntamente com seus setores interessados, um acesso mais efetivo com a Bacia Platina, visto os projetos e as reais possibilidades de interligações fluviais que já existiam àquela época.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Para terminar, a hipótese dos norte-americanos em “desejar” o conflito na Bacia Platina e outros na América Latina, pode ser viável pelo simples fato de suas pretensões geopolíticas estarem ligadas a sua visão de domínio da sub-região sul-americana, vislumbrada desde a implantação da Doutrina Monroe, esta que ensejou inúmeras territorializações por parte do governo norte-americano, e que se intensificaram após a Guerra civil norte-americana, segundo Pastore (2007, p.195), “A Guerra de Secessão dos EUA (1861-65) parece ser parte da explicação para este aumento de conflitos na América Latina no terceiro quarto do século XIX”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a Guerra do Paraguai se enquadrava como um conflito de fase B, que geralmente ocorre em períodos de baixa da economia mundial, e que numa escala global não proporcionou um grande impacto na sua ordem econômica. Assim seria um pouco equivocada a análise de que o Paraguai incomodava economicamente a Grã-Bretanha, ameaçando o seu *status* de nação que controlava as ações políticas e econômicas na Bacia Platina e por esse motivo fora destruído pelo governo britânico.

O conflito foi resultado das conjunturas econômicas do século XIX, definidas por mudanças hegemônicas nas esferas regional e mundial, assim, a Guerra do Paraguai foi uma das materializações que são inerentes às relações entre os Estados numa determinada “Ordem Internacional”, no caso daquela, que definiu, ou que estava definindo, a troca da liderança regional, mais tarde global, da Grã-Bretanha para os Estados Unidos.

O Conflito que se desenrolou na Bacia Platina foi explorado pelas pretensões políticas e econômicas do governo norte-americano, que vislumbrava o domínio regional e a suplantação da influência britânica, e/ou de qualquer outra nação européia que estivesse atuando no contexto regional. Objetivos que foram perseguidos pelos Estados Unidos de forma tenaz e eficiente durante todo século XIX, visto que antes da primeira guerra mundial já se encontravam na situação de grande potência mundial.

A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

A América do sul, como mercado consumidor e exportador de matéria-prima estava no campo de influências e dos desejos das principais potências da época, que com a instabilidade interna que se perenizou desde os tempos das emancipações de suas nações (recalcitrâncias internas que, diga-se de passagem, são conseqüências da própria política das nações européias que colonizaram e deram as bases para as subseqüentes instituições, que entre outras coisas, definiram as bases do poder em cada Estado do continente sul-americano e de suas relações), ensejava brechas para as disputas dos atores externos em esferas de maiores proporções.

Posteriormente, essas disputas penderiam para o sucesso dos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XIX e por todo século XX, principalmente, devido sua proximidade as nações Latinas e em conseqüência da sua política agressiva de “Destino Manifesto” sob um continente que nasceu em meio a conflitos sangrentos.

Assim, para os norte-americanos era viável a Guerra do Paraguai e qualquer outro conflito nesse continente, que desse oportunidade para que os envolvidos se utilizassem de sua indústria armamentista, esta que estava em plena ascensão e que detinha na época do conflito platino uma tecnologia industrial bélica que permitia o reequipamento das tropas em curto período de tempo, como também, foi viável aos mesmos, pois poderiam de alguma forma interferir e obter excelentes vantagens políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações Internacionais Contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria**. 2º Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: UNESP, 2006.

**A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo
ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896**

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

BANDEIRA, Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia Platina**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1985.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**. 2007. Disponível em: <
<http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Armamento%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010, p. 9.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco: Como foi efetuada no Campo de Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. 3º Ed. Brasília: UNB, 2008.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

COSTA, Wanderley Messias de. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW (EIR). **A Máfia Verde: O ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. 4º Ed. - Rio de Janeiro: EIR, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Guerra do Paraguai e a atividade econômica no Rio de Janeiro no período de 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro In: **Revista Heera**. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, jul./dez., 2007. Disponível em: <
<http://www.ufjf.br/heera/edicoes-antiores/>>. Acesso em 04 fev. 2011.

**A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo
ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896**

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

LINO, Geraldo Luís; et al. **A hora das Hidrovias-Estradas para o Futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: CAPAX DEI, 2008.

PASTORE, Fortunato. Soldados Nus: filhos do Acaso ou filhos da glória. Estratégia Militar e Economia na América Latina Independente; 1810-2000: São Paulo In: **Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História**. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO DE LEÓN POMER: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA In: **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí – Realização Cursos de História, Letras, Direito e Psicologia – ISSN 2178-1281**. Jataí, 2011(a).

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica e o Futuro do Brasil-Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007 (b).

POMER, L. **Os Conflitos da Bacia Platina**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979.

SQUINELO, Ana Paula. **A guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular**. Campo Grande: UCDB, 2002.

Ofício de Cotegipe a Domingos José Gonçalves de Magalhães, Ministro do Brasil em Washington, Rio de Janeiro, 25.5.1869, legações imperiais na América, 267-4-I, AHL

**A GUERRA DO PARAGUAI: um evento que se originou devido ao segundo
ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896**

– por Roberto Mauro da Silva Fernandes

Ofício n.º 16, de Rodrigo de Souza e Silva Pontes, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo provisório da Confederação Argentina. Arquivo Histórico do Itamarati.

Recebido em 06/04/2011

Aprovado em 24/11/2011